MOVIMENTO COMUNITÁRIO ESTRELA NOVA

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

MOVIMENTO COMUNITÁRIO ESTRELA NOVA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores
Movimento Comunitário Estrela Nova
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do **Movimento Comunitário Estrela Nova (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Entidade não possui um controle analítico dos bens do ativo imobilizado referente às rubricas "Edifícios" e "Benfeitoria". No exercício de 31 de dezembro de 2015, a Entidade recebeu o valor de R$100.000 referente à venda de um prédio localizado na cidade de São Paulo-SP, porém, em decorrência da inexistência de controle individualizado do custo dos edifícios, não foi efetuada a baixa do custo correspondente à parcela do prédio vendido.

Como consequência, não foi possível concluir sobre a adequação do saldo de R$ 538.545 nas rubricas "Edifícios" e "Benfeitorias" do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015, nem estimar os efeitos de eventuais ajustes no resultado e no patrimônio líquido que deveriam ser realizados em função desse assunto.

Durante o exercício de 2015, foram realizados ajustes de exercícios anteriores a débito no montante de R$ 59.913, que foram contabilizados da rubrica "Ajuste de exercícios anteriores" em contrapartida com a conta de "Imobilizado". As práticas adotadas no Brasil, através do "CPC PME – Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" na Seção 10, determinam que correções de erros sejam contabilizados contras as contas impactadas pelo erro e as demonstrações contábeis comparativas reapresentadas de forma refletir a referida correção. A Administração da Entidade não efetuou os ajustes de forma retrospectiva conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e esse efeito está apresentado indevidamente na rubrica "Ajuste de exercícios anteriores" no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Movimento Comunitário Estrela Nova** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 28 de março de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

José Santiago da Luz
Contador CRC 1 SP 115785/O-9

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

MOVIMENTO COMUNITÁRIO ESTRELA NOVA

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2015	2014
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	480.406	428.340
Subvenções a Receber	9	202.039	37.895
Títulos a receber	-	60.000	-
Adiantamentos	5	91.444	71.829
Outros créditos	-	348	1.082
		834.237	**539.146**
Não circulante			
Subvenções a receber	9	219.222	-
		219.222	**-**
Imobilizado	6		
Bens de uso próprio	-	601.499	786.236
Bens de terceiros	-	6.065	1.271
		607.564	**787.507**
Total do ativo		**1.661.023**	**1.326.653**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2015	2014
Circulante			
Contas a pagar	7	96.760	53.258
Obrigações tributárias	-	3.924	3.397
Obrigações trabalhistas	8	107.471	95.044
Provisões trabalhistas	-	150.825	129.354
Subvenções a realizar	9	239.156	37.895
		598.135	**318.948**
Não circulante			
Subvenções a Realizar	9	219.222	-
Provisão para contingência	-	10.000	10.000
		229.222	**10.000**
Patrimônio líquido	10		
Patrimônio social		833.666	997.705
		833.666	**997.705**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.661.023**	**1.326.653**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOVIMENTO COMUNITÁRIO ESTRELA NOVA

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

	Nota explicativa	2015	2014
Recursos com restrições	12		
Assistência Social - Convenio - CCA	-	584.069	548.006
Assistência Social - Convenio - CJ	-	419.771	371.249
(-) Assistência Social Aplicada - Convenio - CCA	-	(584.069)	(548.006)
(-) Assistência Social Aplicada - Convenio - CJ	-	(419.771)	(371.249)
Resultado do período na atividade de assistência social		**-**	**-**
Educação Convenio - CEI	-	950.857	905.983
Assistência Educacional Aplicada - Convenio - CEI	-	(950.857)	(877.783)
Resultado do período na atividade educacional		**-**	**28.200**
Projetos sociais - recursos com restrições	12		
Telecentro	-	67.716	38.667
Doações Salvador Arena	-	39.240	47.640
Movimento para Cidadania	-	25.562	-
Itaú Social	-	-	68.305
Telecentro	-	(71.320)	(33.336)
Itaú Social	-	(1.884)	(60.803)
Família e comunidade	-	(14.384)	(56.035)
Movimento para Cidadania	-	(19.420)	-
Despesas Assistenciais- Cca.Cei.Cj.	-	(132.140)	(119.273)
		(106.630)	**(114.835)**
Gratuidades recebidas			
Serviços Voluntários	13	265.800	292.666
		265.800	**292.666**
Gratuidades concedidas			
Serviços voluntários	13	(265.800)	(292.666)
		(265.800)	**(292.666)**
Resultado dos recursos com restrições		**(106.630)**	**(86.635)**
Outras receitas/despesas sem restrições			
Contribuições e doações para custeio	-	245.047	307.844
Despesas gerais e administrativas	-	(346.974)	(284.521)
Projeto o Prato é Seu	-	59.045	70.420
Projeto o Prato é Seu	-	(12.913)	(33.166)
Desenvolvimento	-	(11.455)	(21.054)
Projeto Quadra	-	(5.202)	-
Despesas tributárias	-	(488)	(3.357)
Depreciações	-	(46.037)	(1.364)
Nota Fiscal Paulista	-	48.560	20.141
Rendas de Locação	-	44.336	7.196
Outras receitas	-	7.830	3.344
Reversão provisões	-	4.213	20.000
		(14.038)	**85.483**
Resultado antes dos efeitos financeiros		**(120.668)**	**(1.152)**
Receita financeira	-	24.646	19.731
Despesas financeiras	-	(8.104)	(7.785)
Resultado financeiro líquido		**16.542**	**11.946**
Superávit/déficit do exercício		**(104.126)**	**10.794**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOVIMENTO COMUNITÁRIO ESTRELA NOVA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)	**986.911**	**986.911**
Superávit do período	10.794	10.794
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**997.705**	**997.705**
Déficit do período	(104.126)	(104.126)
Ajuste de exercícios anteriores	(59.913)	(59.913)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**833.666**	**833.666**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOVIMENTO COMUNITÁRIO ESTRELA NOVA

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/déficit do exercício	(104.126)	10.794
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	46.037	1.364
Reversão de provisão para contingências	-	(20.000)
Ajustes de exercícios anteriores	(59.913)	-
Baixas do ativo imobilizado	145.779	-
	27.777	**(7.842)**
Aumento /(diminuição) dos ativos e passivos operacionais		
Subvenções a receber	(383.366)	(37.895)
Adiantamentos	(19.615)	(1.654)
Títulos a receber - Venda do imóvel	(60.000)	-
Outros créditos	734	(1.082)
Obrigações trabalhistas	12.427	8.449
Obrigações tributárias	527	1.538
Contas a pagar	43.502	4.590
Provisões trabalhistas	21.471	23.653
Subvenções a realizar	420.482	37.895
Caixa líquido das atividades operacionais	**63.939**	**27.652**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aquisições) de imobilizado	(11.873)	(13.274)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(11.873)**	**(13.274)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**52.066**	**14.378**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	428.340	413.962
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	480.406	428.340
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**52.066**	**14.378**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Movimento Comunitário Estrela Nova ("Entidade") é uma entidade constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, regida pelo estatuto e legislação aplicável, notadamente conforme Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, tendo como objetivo, entre outros:

- Contribuir para a melhoria das condições de vida dos moradores do Jardim Paris e suas adjacências, com base em ativo envolvimento e participação da comunidade local;
- Promover a assistência pedagógica, educacional, social, cultural, recreativa, esportiva e de promoção à saúde dos associados e a todas as pessoas necessitadas, principalmente crianças e adolescentes e seus familiares;
- Desenvolver programas assistenciais em geral, podendo para tanto, firmar quaisquer tipos de convênios e contratos de patrocínio e financiamento;
- Desenvolver atividades recreativas, sociais, esportivas, assistenciais e culturais que estiverem a seu alcance, podendo organizar quaisquer tipos de eventos e cursos nas áreas referidas;
- Praticar todos os atos necessários à realização dos interesses dos associados e beneficiários, podendo inclusive, quando necessário, solicitar ajuda dos poderes públicos competentes e recorrer a outras entidades associativas ou empresas dos setores públicos e privados;
- Prestar serviços, produzir e/ou comercializar bens, tais como produtos com a marca da associação, livros e vídeos educativos, artesanato, exploração de direitos autorais, etc.

2. Assistência Social

A Entidade no atendimento aos seus objetivos estatutários tem como atividade preponderante a Assistência Social e presta estes serviços de forma gratuita, continuada e planejada para os usuários que dela necessitar, sem qualquer discriminação de acordo com a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e posteriores alterações.

3. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

3.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros e também pela NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis inerentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas pela Administração no dia 28 de março de 2016.

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico (Resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)). Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Livro Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantem em boa ordem a documentação contábil.

3.1.1. Reclassificação da Demonstração do Resultado

A Administração definiu realizar algumas alterações na apresentação da demonstração de resultado de 2014 para melhor entendimento da comparabilidade dos períodos, as alterações realizadas não afetaram o resultado final.

3.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.2.1. Regime de escrituração contábil

As receitas e despesas são registradas de acordo com o princípio da competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independente do efetivo recebimento ou pagamento.

3.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimento superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

3.2.3. Contas a Receber – Subvenções Governamentais

São provenientes de convênios firmados com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMADS, Secretaria Municipal da Educação - SME, Secretaria Municipal de Serviços – SES, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização.

Conforme estabelecido na NBC TG 07 (R1), a Entidade reconhece a receita de subvenção governamental ao longo do período em que as despesas correspondentes são realizadas, em base sistemática.

3.2.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº6, reconhecidos no resultado do exercício e leva em consideração o tempo de vida útil estimados dos bens, estando sujeito à análise sobre sua recuperabilidade.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

3.2.5. Destinação de recursos

Os recursos da Entidade foram integralmente aplicados em suas finalidades institucionais e pagamentos de despesas intrinsecamente ligadas a sua operação.

Demonstração do Déficit dos Recursos com Restrições

	2.015			2.014		
NÚCLEO	RECEITA	DESPESA	DEFICIT/ SUPERÁVIT	RECEITA	DESPESA	DEFICIT/ SUPERÁVIT
CEI	950.857	(950.857)	-	905.983	(877.783)	28.200
CCA	584.069	(584.069)	-	548.006	(548.006)	-
CJ	419.771	(419.771)	-	371.249	(371.249)	-
Outros Projetos	132.517	(239.147)	(106.630)	154.612	(269.447)	(114.835)
TOTAL	**2.087.214**	**(2.193.844)**	**(106.630)**	**1.979.850**	**(2.094.685)**	**(86.635)**

3.2.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.**s**

3.2.7. Passivos contingentes

Provisões para contingências relacionadas a processos cíveis nas instâncias administrativa e judicial são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

3.2.8. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem, entre outras, provisões para contingências e estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às dificuldades inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa as estimativas e premissas anualmente.

3.2.9. Superávit/Déficit do exercício

É incorporado pelo patrimônio social no encerramento do exercício social.

4. Caixas e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa – Recursos livres	677	785
Bancos – Recursos livres	9.843	23.643
Aplicações financeiras – Recursos livres	231.452	205.949
Bancos – Recursos com restrições	222.383	180.471
Aplicações financeiras – Recursos com restrições	16.051	17.492
	480.406	**428.340**

As aplicações financeiras são mantidas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, sendo classificadas como mantidas para negociação e tendo o rendimento reconhecido no resultado do período.

5. Adiantamentos

	2015	2014
Adiantamento a empregados	86.622	68.199
Adiantamento a fornecedores	4.822	3.630
	91.444	**71.829**

6. Ativo imobilizado

6.1. Composição

Descrição	% Deprec. Ao ano	31/12/2015 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2014 Líquido
Edifícios	-	629.069	(193.602)	435.467	560.626
Benfeitorias	4%	153.687	(50.608)	103.079	109.226
Instalações	4%	1.539	(1.539)	-	(34)
Móveis e utensílios	10%	88.436	(47.480)	40.956	47.022
Computadores e periféricos	20%	24.154	(20.138)	4.016	(2.896)
Máquinas e equipamentos	10%	51.456	(33.475)	17.981	22.197
Projeto Jovem	10% a 20%	-	-	-	51.366
Projeto Movimento para a Cidadania	10% a 20%	6.142	(77)	6.065	-
		954.483	**(346.919)**	**607.564**	**787.507**

6.2. Movimentação

Descrição	31/12/2014	Acréscimos	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2015
Edifícios	560.626	-	(100.000)	-	(25.159)	435.467
Benfeitorias	109.226	-	-	-	(6.147)	103.079
Instalações	(34)	-	-	34	-	-
Móveis e utensílios	47.022	2.604	-	-	(8.670)	40.956
Computadores e periféricos	(2.896)	2.197	-	5.553	(838)	4.016
Máquinas e equipamentos	22.197	930	-	-	(5.146)	17.981
Projeto Jovem	51.366	-	(45.779)	(5.587)	-	-
Projeto Movimento para a Cidadania	-	6.142	-		(77)	6.065
	787.507	**11.873**	**(145.779)**	**-**	**(46.037)**	**607.564**

Foi decidido em ata de reunião da diretoria pela baixa dos bens que ainda constam indevidamente no patrimônio da entidade visto que os mesmos foram doados em 2012 para outra instituição e por não refletirem na atual situação patrimonial da entidade.

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2015 houve baixa no valor de R$100.000 referente à venda da casa dos voluntários, o valor foi registrado pelo mesmo valor da venda, pois na data da venda a entidade não possuía ferramentas para mensurar o seu valor residual.

7. Contas a pagar

	2015	2014
Contas a pagar	63.959	38.038
Serviços a pagar	32.801	15.220
	96.760	**53.258**

8. Obrigações trabalhistas

	2015	2014
Salários	79.637	69.674
Encargos	27.834	25.370
	107.471	**95.044**

9. Subvenções a receber e a realizar

Subvenções a receber	2015	2014
Termo Convênio - 073/2015/SMDHC	421.261	-
Sec. Munic. Serv - SES - Conv. 48/2014	-	37.895
	421.261	**37.895**
Circulante	202.039	37.895
Não circulante	219.222	-
	421.261	**37.895**

Subvenções a realizar	2015	2014
Termo Convênio 162/SMADS/2013 - CCA	13.882	-
Termo Convênio 138/SMADS/2012 - CJ	14.643	-
Sec.Munic. de Serv - SES - Conv. 48/2014	2.605	37.985
Termo Convênio - 073/2015/SMDHC	421.584	-
Receitas Financeiras	5.664	-
	458.378	**37.895**
Circulante	239.156	37.895
Não circulante	219.222	-
	458.378	**37.895**

10. Patrimônio líquido

O Patrimônio Social é formado pelo superávit acumulado da Entidade desde sua fundação, conforme expresso no Estatuto Social da Entidade. O patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais; sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, beneficiações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

11. Benefício fiscal por entidade sem fins lucrativos

As aplicações dos recursos em Gratuidades atenderam o que preceitua a Constituição Federal no artigo 195, I e §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas no artigo 29 da Lei nº 12.101/2009 e posteriores alterações.

Conforme item 9.B da ITG 2002 (R1) as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07 (R1), portanto, não devem ser reconhecidas como receitas no resultado, sendo apresentadas somente em notas explicativas.

Os efeitos das isenções tributárias usufruídas pela Entidade no exercício de 2015 e 2014 podem assim ser demonstrados:

ISENÇÕES USUFRUÍDAS								
	ASSIST.SOCIAL		EDUCAÇÃO		OUTROS PROJETOS		TOTAL	TOTAL
DESCRIÇÕES	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Cota Patronal	50.706	43.117	133.411	124.676	72.609	65.726	**256.726**	**233.519**
Rat	5.071	9.701	13.341	28.052	7.261	14.788	**25.673**	**52.541**
Outras Entidades	11.409	4.312	30.017	12.468	16.337	6.573	**57.763**	**23.353**
Autônomos	-	-	-	-	3.792	4.149	**3.792**	**4.149**
Total	**67.186**	**57.130**	**176.769**	**165.196**	**99.999**	**91.236**	**343.954**	**313.562**

COFINS	30.115	27.528	28.526	27.179	12.066	14.465	**70.707**	**69.172**
IRPJ	-	-	-	-	-	-	**-**	**1.619**
CSLL	-	-	-	-	-	-	**-**	**971**

12. Demonstração do cumprimento da aplicação e atendimentos sociais

Os serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais estão inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social do município de São Paulo e as atividades desenvolvidas, no contexto legal da Filantropia, a Lei Nº 12.101/2009, artigo 18 e o Decreto Nº 7.237/2010 artigo 33, em observância aos preceitos da Lei nº 8.742/ 1993 alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e em consonância com a Resolução 27 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 19/09/2011 as ações assistenciais foram desenvolvidas conforme segue:

a) **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV - Modalidade Centro para Crianças e Adolescentes.**

Caracterização do serviço: Desenvolvimento de atividades com crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e onze meses, tendo por foco a constituição de espaço de convivência a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Deve atender crianças e adolescentes com deficiência, retiradas do trabalho infantil e/ou submetidas a outras violações de direitos, com atividades que contribuam para ressignificar vivências de isolamento, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e prevenção de situações de risco social.

Modalidades: Centro para Crianças de 6 a 11 anos e 11 meses; Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos e 11 meses.

Usuários: Crianças e adolescentes em situação de trabalho; Crianças e adolescentes reconduzidas ao convívio familiar, após medida protetiva de acolhimento; Crianças e adolescentes com deficiência, beneficiárias ou não do BPC; Crianças e adolescentes oriundas de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco.

Objetivo geral: Oferecer proteção social à criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Objetivos específicos: Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças e adolescentes, especialmente aquelas com deficiência, assegurando convivência familiar e comunitária; Promover acesso aos serviços das demais políticas públicas, em especial serviços de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território; Disponibilizar informações sobre direitos e participação, oportunizando o exercício de cidadania; Possibilitar experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas habilidades; Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários; Estimular a reinserção e permanência da criança e adolescente no sistema educacional; Assegurar espaço para convívio grupal, comunitário e social, e o desenvolvimento de relações de solidariedade e respeito mútuo;

Incentivar a participação na vida cotidiana do território desenvolvendo competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; Desenvolver ações com as famílias para o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, visando a proteção e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Funcionamento: De segunda a sexta feira, por período de 8 horas diárias divididas em dois turnos de 4 horas.

Forma de acesso ao serviço: Demanda encaminhada e/ou validada pelo CRAS de abrangência.

Unidade: Espaços/locais (próprios, locados ou cedidos) administrados por organizações sem fins econômicos.

Abrangência: Distrital.

b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - Modalidade Centro para Juventude

Caracterização do serviço: Desenvolvimento de atividades com adolescentes de 15 a 17 anos e onze meses, tendo por foco a constituição de espaço de convivência, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas, como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Deve atender, prioritariamente, adolescentes com deficiência, egressos do trabalho infantil e/ou submetidos a outras violações de direitos, cujas atividades contribuam para ressignificar vivências de isolamento, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e prevenção de situações de risco social.

Usuários: Adolescentes fora da escola; Adolescentes egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Adolescentes egressos e/ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual; Adolescentes oriundos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; Adolescentes com deficiência, beneficiários ou não do BPC; Adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade.

Objetivo: Oferecer proteção social aos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas competências, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia e inserção social, estimulando a participação na vida pública da comunidade.

Objetivos específicos: Possibilitar o conhecimento do mundo do trabalho;

Promover o acesso aos serviços das políticas públicas de trabalho, cultura, esporte e lazer, em especial educação e saúde; Disponibilizar informações sobre direitos e participação, oportunizando o exercício de cidadania; Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários; Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; Incentivar a participação na vida cotidiana do território, desenvolvendo competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

Funcionamento: De segunda a sexta feira, por período de 8 horas diárias divididas em dois turnos de 4 horas.

Forma de acesso ao serviço: Demanda encaminhada e/ou validada pelo CRAS de abrangência.

Unidade: Em espaços/locais (próprios, locados ou cedidos) administrados por organizações sem fins econômicos.

Abrangência: distrital.

c) Centro de Educação Infantil

Estar a serviço da comunidade como um local de educação complementar ao meio familiar; cuidar dos aspetos essenciais do desenvolvimento da criança entre 0 e 4 anos, por meio de atividades expressivas, do apoio afetivo e necessidades básicas; considerar o CEI um espaço coletivo onde a criança viva a maior parte do dia, sem deixar de respeitar suas particularidades; fortalecer a concepção de educação, dando ênfase à capacitação e formação dos nossos colaboradores; assegurar o espaço físico educativo com planejamento arquitetônico adequado.

O CEI funciona de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 17hs, de Fevereiro a Dezembro. Sendo as férias coletivas no mês de janeiro, recesso escolar no mês de Julho, conforme publicado no DOC de 20/09/2012, Lei nº 15.625 de Setembro de 2012. Atendemos cento e quarenta crianças, na faixa etária de 0 (zero) a 4 (quatro) anos.

d) Telecentro

Caracterização do Serviço: Promover a inclusão digital e a democratização do acesso à informação e garantir acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação à disposição de toda a sociedade.

O Programa Telecentro fixa como fundamentos da República Federativa do Brasil a cidadania e a dignidade da pessoa humana e inclui entre os objetivos fundamentais do Estado brasileiro constituir uma sociedade livre, justa e solidária; reduzir as desigualdades regionais e sociais, além de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer forma de discriminação; Garantir a educação inclusiva que garanta as pré-condições de aprendizagem e acesso aos serviços educacionais, a re-inserção no processo de ensino de crianças e jovens em risco social, a erradicação do analfabetismo digital, a educação profissionalizante e a provisão de condições para que o processo educativo utilize meios de difusão, educação e comunicação.

O artigo 221, inciso V, da mesma Lei, que se refere à manutenção de programas e projetos integrados e complementares a outras áreas de ação municipal, para qualificar e incentivar processo de inclusão social.

Funcionamento: Aberto de segunda a sexta feira, por período de 8 horas diárias e sábado no período das 9h00 às 13h00.

Forma de acesso ao serviço: Vagas abertas a comunidade.

Unidade: Em espaços próprios administrados por organizações sem fins econômicos.

Abrangência: distrital.

13. Trabalho voluntário

Para execução dos projetos a entidade contou com diversos colaboradores que voluntariamente nos ajudaram a atingir os objetivos traçados, conforme estabelecido no item 19 ITG-2002 (R1), os custos da prestação de serviços foram reconhecidos pelo valor justo como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

14. Seguros

A Entidade adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

16. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.